

## Respostas aos Recursos M01 – Pregoeiro/Agente de Contratação - Médio

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta alterada para:
43-1 44-2 46-3	<p>O ponto central da pergunta, apresentada pela questão 44, conforme indicado em recurso, é identificar a principal função do poder regulamentar na administração pública, que é a de especificar os detalhes necessários para a execução das leis. A resposta correta, conforme o enunciado e o contexto fornecido, é a alternativa "b) Regular as leis, detalhando a forma e condições de sua execução."</p> <p>O argumento que o gabarito deixa a entender que existe hierarquia entre a administração direta e indireta. No entanto, a questão não aborda hierarquia entre administração direta e indireta. O foco da pergunta é exclusivamente sobre o papel do poder regulamentar.</p> <p>Portanto, o argumento apresentado não reflete o conteúdo e objetivo da questão, que é exclusivamente sobre o poder regulamentar. A resposta "b) Regular as leis, detalhando a forma e condições de sua execução" está correta e apropriada dentro do contexto dado.</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame INDEFIRO o recurso.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
47-1 42-2 49-3	<p>O ponto central da questão em discussão é a correta identificação das características da organização administrativa brasileira, com ênfase na distinção entre administração direta e indireta, bem como na autonomia e funções das entidades envolvidas.</p> <p>A questão, alvo do recurso, propôs várias alternativas sobre a organização administrativa, sendo a correta a alternativa (c): "Administração direta, onde serviços são executados por órgãos que integram a estrutura administrativa do Estado."</p>	Indeferido	Gabarito mantido

	<p>Em face do argumento de que, de acordo com o estudo feito e observando a lei em questão, existe uma questão equivalente no que diz respeito ao conceito dessa lei. No entanto, o recurso não especifica claramente qual lei ou conceito está sendo mencionado. É importante esclarecer que a questão específica aborda a estrutura organizacional da administração pública brasileira, conforme definido pela Constituição Federal e as leis complementares pertinentes.</p> <p>A alternativa correta (c) menciona apenas a administração direta, que é constituída por órgãos que fazem parte da estrutura do Estado, sem implicar hierarquia sobre a administração indireta. A administração direta não exerce poder hierárquico sobre a indireta, mas a questão não aborda esse ponto.</p> <p>A alternativa correta descreve a administração direta, onde os serviços são executados por órgãos do próprio Estado. A administração indireta, que inclui autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, tem autonomia administrativa e financeira. Essa distinção é crucial e está corretamente representada na questão.</p> <p>A questão foi formulada para testar o conhecimento específico sobre a organização da administração pública brasileira, especificamente a administração direta, e está em conformidade com os conceitos estabelecidos pelo Direito Administrativo.</p> <p>Cada alternativa foi cuidadosamente elaborada para distinguir entre administração direta, indireta e outros conceitos errôneos. A alternativa correta (c) reflete com precisão a definição de administração direta.</p> <p>A alternativa (c) é a correta porque descreve claramente a administração direta, que é composta por órgãos integrados na estrutura do Estado, responsáveis pela execução dos serviços públicos.</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame INDEFIRO o recurso.</p>		
50-1 46-2 43-3	<p>Após análise do recurso apresentado, verificamos que o argumento está correto. A modalidade "Convite" não foi abarcada pela nova Lei de licitações nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Dessa forma, constatamos que tanto a alternativa (c) "Convite" quanto a alternativa (e) "Negociação direta" não são modalidades de licitação previstas pela legislação vigente.</p>	Deferido	Anulada

	Diante disso, deferimos o pedido de anulação da questão por haver duas alternativas que atendem ao enunciado.		
--	---	--	--